

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FE**



**PENSANDO AS PRÁTICAS EDUCATIVAS E O USO DAS TECNOLOGIAS  
ASSISTIVAS PARA CRIANÇAS SURDAS INCLUÍDAS NOS ANOS INICIAIS DO  
ENSINO FUNDAMENTAL DO DISTRITO FEDERAL**

**Iohana Rêgo Santana**

**BRASÍLIA – DF**  
**2023**

**Iohana Rêgo Santana**

**PENSANDO AS PRÁTICAS EDUCATIVAS E O USO DAS TECNOLOGIAS  
ASSISTIVAS COM CRIANÇAS SURDAS INCLUÍDAS NOS ANOS INICIAIS DO  
ENSINO FUNDAMENTAL DO DISTRITO FEDERAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para a obtenção do título de licenciada em Pedagogia à banca examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, sob a orientação da professora Dra. Liège Gemelli Kuchenbecker.

**BRASÍLIA - DF**

**PENSANDO AS PRÁTICAS EDUCATIVAS E O USO DAS TECNOLOGIAS  
ASSISTIVAS COM CRIANÇAS SURDAS INCLUÍDAS NOS ANOS INICIAIS DO  
ENSINO FUNDAMENTAL DO DISTRITO FEDERAL**

**Iohana Rêgo Santana**

Trabalho Final de Curso apresentado à comissão examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciatura em Pedagogia, sob a orientação da professora Dra. Liège Gemelli Kuchenbecker.

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Profª. Dra. Liège Gemelli Kuchenbecker (Orientadora)**  
**UNB/FE/TEF**

---

**Profa. Dra. Márcia Francisca Diogo Rodrigues (Membro Titular)**  
**UCB**

---

**Profa. Dra. Valícia Ferreira Gomes (Membro Titular)**  
**UnB/FE/TEF**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus por me direcionar me fazendo chegar até aqui.

À minha avó e avô por serem a base da minha trajetória, mostrando que é possível chegar onde almejo.

À minha mãe por dedicar sua vida a mim, fazendo com que fosse possível que eu me dedicasse aos estudos.

Ao meu pai por me incentivar e se mostrar feliz por todas as minhas conquistas.

Ao meu noivo por sempre estar ao meu lado me apoiando e acreditando em mim.

Às minhas amigas: Kristy, Marisa e Ana Luiza por todo o companheirismo e por deixarem essa caminhada mais leve.

Um agradecimento especial à minha estimada orientadora Liège por me abrir tantas portas, por ser meu exemplo de profissional e ser humano.

## RESUMO

O presente trabalho originou-se após a realização de um artigo científico submetido ao Programa de Iniciação Científica - PROIC, edital 2021/2022 da Universidade de Brasília, realizado por três estudantes de Pedagogia e a Professora Orientadora Dra. Liège Gemelli Kuchenbecker. O intuito da pesquisa é promover uma reflexão e análise sobre a proposta de ensino do Ministério da Educação (2021) voltada para as crianças surdas dos anos iniciais no Ensino Fundamental. Incluídas em escolas comuns, ou que frequentam as escolas bilíngues no Distrito Federal, levando em consideração o ensino de português como segunda língua e as especificidades que permeiam este processo de ensino nos anos iniciais do Ensino Fundamental. O problema de pesquisa se refere à como se constituem as práticas de ensino para crianças surdas incluídas nos anos iniciais do Ensino Fundamental no Caderno Introdutório II - documento disponibilizado no site do MEC. Dito isso, a pesquisa objetiva Conhecer e analisar a proposta educacional presente no Caderno Introdutório II - documento disponibilizado no site do MEC para o ensino de crianças surdas incluídas nos anos iniciais do Ensino Fundamental do Distrito Federal. Em um primeiro momento serão apresentadas as especificidades da Educação Bilíngue sob a ótica de Lockmann e Klein (2009); Müller, Stürmer, Karnopp e Thoma (2013); e Kuchenbecker (2011). Posteriormente, uma breve descrição sobre a trajetória dos marcos legais importantes para a consolidação da educação dos sujeitos surdos. Problematização de um dos materiais didáticos disponibilizados pelo MEC voltado para o ensino de crianças surdas incluídas nos anos iniciais do Ensino Fundamental e, por fim, a apresentação de uma proposta de um recurso didático criado por meio de uma tecnologia assistiva, cujo objetivo é facilitar o aprendizado de crianças surdas incluídas nos anos iniciais do Distrito Federal.

**Palavras-chave:** Educação de Surdos; Ensino Fundamental; Bilinguismo; Tecnologia Assistiva; Língua Portuguesa; Inclusão.

## Sumário

MEMORIAL EDUCATIVO	7
INTRODUÇÃO	9
PROBLEMA DE PESQUISA	11
OBJETIVOS	11
OBJETIVO GERAL	11
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	11
METODOLOGIA	12
EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL E SEUS MARCOS LEGAIS	13
ESPECIFICIDADES DA EDUCAÇÃO DE SURDOS	15
CADERNO INTRODUTÓRIO II – PROPOSTA CURRICULAR DE ENSINO DO PORTUGUÊS COMO SEGUNDA LÍNGUA PARA CRIANÇAS SURDAS	17
TECNOLOGIA ASSISTIVA NA EDUCAÇÃO	19
PROPOSTA DE RECURSO DIDÁTICO PARA CRIANÇAS SURDAS NO ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS	20
CONSIDERAÇÕES FINAIS	22
PERSPECTIVAS FUTURAS	23
REFERÊNCIAS	24

## MEMORIAL EDUCATIVO

Nasci em 1998, em Brasília. filha de uma mulher guerreira, que muito jovem veio morar em Brasília em busca de oportunidades melhores. Minha mãe veio do Piauí e meu pai nasceu em Brasília. Fui criada por meus pais e pela minha avó e meu avô, cercada de muita proteção, amor e carinho. Digo isso, pois, se não fosse por eles não estaria onde estou hoje, todas as formas de expressar minha gratidão são poucas.

Apesar de ser nova, minha caminhada até me encontrar no meio educacional foi longa, encontrei vários desafios no caminho. No ensino médio não fui uma aluna muito aplicada, comecei a trabalhar cedo, mais especificamente com 15 anos. Além de não ter muito tempo para me dedicar aos estudos, eu não gostava da forma em que os conteúdos eram apresentados. Mas sempre persisti, pois, minha avó sempre dizia o quão importante era o estudo e como utilizou essa ferramenta para mudar a vida de toda nossa família.

Minha avó é uma das minhas maiores inspirações, veio da Bahia, terminou o Ensino Superior em Administração com 60 anos e passou no concurso do Ministério da Educação, onde trabalhou até se aposentar. Minha avó tinha paixão por ensinar e isso contagiava todos à sua volta, ensinou minha mãe a ler e impulsionou ela a continuar os estudos de maneira leve e com brilho nos olhos. Foi a partir dessa experiência que despertei a vontade de conhecer mais sobre o que é ser professor, porém, esse anseio ficou adormecido em mim por um tempo, me dediquei primeiramente a minha outra paixão, a Enfermagem.

Assim que concluí o Ensino Médio não sabia ao certo o que eu iria cursar no Ensino Superior, mas sempre esteve presente em mim o desejo de cuidar das outras pessoas. Então a primeira opção que apareceu em minha mente foi a Enfermagem, tentei ingressar na Universidade de Brasília para o curso de Enfermagem, porém, minha nota não foi suficiente. Fiquei com medo de não conseguir por um tempo, mas sempre fui muito decidida, conversei com a minha avó e minha mãe na época e decidimos que eu iria cursar Enfermagem na faculdade particular, consegui realizar o curso durante um ano, porém, por dificuldades financeiras não consegui continuar. Ao invés de me frustrar e ficar triste, resolvi realizar um curso técnico de enfermagem e ao mesmo tempo estudava para ser aprovada no Exame Nacional do Ensino Médio e entrar na UnB.

Em 2019 concluí o curso técnico, porém fiquei desmotivada para atuar na área, isso ocorreu logo após meu avô falecer e, 45 dias depois, minha avó também. No último dia de vida

da minha avó fiquei no hospital com ela e vendo todo aquele sofrimento não consegui olhar

8

mais para o ambiente hospitalar com o mesmo olhar, fui envolvida por uma imensa dor por conta de todos esses acontecimentos e em meio a esse caos uma notícia maravilhosa, a minha tão sonhada aprovação na UnB.

Essa aprovação veio como um suspiro de alívio para a minha família, nos ajudou a passar por essa dor de perder nossos pilares repentinamente e aos poucos nos reconstruímos e nos tornamos mais fortes. Hoje, trago toda essa trajetória em minha mente com saudade e a certeza que tudo ocorre no momento certo.

No meu primeiro dia de aula me senti em casa na Faculdade de Educação - FE, o desejo de conhecer mais sobre a educação surgiu em mim novamente com mais força e me conectou ainda mais com a minha avó. Hoje tenho plena certeza da minha escolha, os professores maravilhosos que encontrei durante esse tempo na graduação me fizeram perceber como eu fazia parte desse mundo, cheio de desafios e encantamentos.

Assim que ingressei no curso de Pedagogia me identifiquei de primeira com os conteúdos e logo me interessei por conhecer mais sobre as práticas escolares, então realizei os estágios obrigatórios, mas também procurei por mais oportunidades. Atuei como estagiária no Ensino Fundamental I em uma escola militar e também atuei como educadora social voluntária em uma escola pública do Distrito Federal. Posteriormente, ingressei também como estagiária na Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB, onde ainda atuei como estagiária. Todas essas oportunidades me ajudaram muito em minha formação, pois me prepararam para ser uma profissional mais consciente da minha área de atuação, conhecendo a amplitude de possibilidades de atuação que envolve a Pedagogia.

A experiência na escola pública onde eu atuava como educadora voluntária, despertou em mim uma grande intenção de estudar mais sobre a Educação Inclusiva para me tornar uma Pedagoga consciente dos processos de ensino e da minha função social na vida dos estudantes. Envolvida por esse anseio de estudar mais sobre a Educação Inclusiva e ao estudar a disciplina Escolarização de Surdos e LIBRAS na FE com a professora Dra. Liège Gemelli Kuchenbecker, surge a oportunidade e a vontade de estudar sobre a educação de sujeitos surdos. Primeiramente motivada pela paixão e comprometimento da professora Liège ao retratar a cultura surda em suas aulas, posteriormente por perceber o quanto essa temática carece de estudos, pesquisas e ferramentas que auxiliem os discentes surdos a terem acesso a uma educação de qualidade e equânime. Desenvolvemos coletivamente então, um trabalho de pesquisa, eu e minhas colegas Marisa e Kristy junto com a nossa orientadora professora Liège. A pesquisa envolveu diferentes etapas da educação básica, sendo elas a Educação Infantil, Ensino Fundamental – Anos Iniciais



etapas da educação básica, sendo elas a Educação Infantil, Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Educação de Jovens, Adultos e Idosos. Cada uma das discentes escolheu a etapa que tinha

9

mais afinidade e/ou experiência. O meu artigo foi desenvolvido com base na educação de surdos incluídos no Ensino Fundamental, submetido ao Programa de Iniciação Científica - Edital 2021/2022 da UnB e corroborou para a feitura do meu trabalho de conclusão de curso.

## **INTRODUÇÃO**

O presente trabalho em formato de artigo científico surge após uma ampla reflexão realizada por meio de um projeto científico que reuniu três discentes para estudar sobre a educação de surdos em diferentes etapas de ensino, sendo elas: Educação Infantil, Ensino Fundamental - Anos Iniciais e Educação de Jovens, Adultos e Idosos. Cada pesquisadora sob a orientação da Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup> Liège Gemelli Kuchenbecker ficou encarregada de elaborar uma proposta de recurso didático tecnológico que auxiliasse no processo de ensino e aprendizagem dos sujeitos surdos, levando em consideração as especificidades desses estudantes e o ensino de português como segunda língua. Este estudo se desenvolveu em forma de artigo científico e foi submetido ao Programa de Iniciação Científica - PROIC da Universidade de Brasília.

Antes de pensar e elaborar uma tecnologia assistiva foi necessário buscar entender e refletir criticamente sobre a realidade dos estudantes surdos nas escolas, como ocorre o ensino e como a educação bilíngue se constitui atualmente segundo autores que estudam a temática de educação bilíngue.

Na primeira etapa do trabalho apresento uma breve análise em relação aos marcos legais que envolvem a educação de surdos no Brasil, para melhor compreender a trajetória de lutas dos direitos dos discentes surdos, bem como o contexto que eles encontram no meio escolar. Já na segunda etapa serão apresentadas as especificidades da Educação Bilíngue sob a ótica de, Lockmann e Klein (2009) que contribuem para um novo olhar em relação ao ensino e aprendizagem de sujeitos surdos, Müller, Stürmer, Karnopp e Thoma (2013) que discutem sobre a Educação Bilíngue para Surdos no Brasil e Kuchenbecker (2011), estudiosa da Educação de Surdos que traz um olhar para a constituição das práticas escolares normalizadoras que ocorrem nas escolas em que os sujeitos surdos estão incluídos.

A terceira etapa se refere ao documento utilizado para nortear este trabalho, se trata do Caderno Introdutório II do ano de 2021, proposta do Ministério da Educação para o ensino de português como segunda língua para estudantes surdos, surdocegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades/superdotação e surdos com deficiências associadas.

Na quarta etapa deste trabalho apresento brevemente o conceito de tecnologia assistiva na educação inclusiva.

10

Ao final, apresento uma proposta de layout em formato de aplicativo para internet feita de maneira coletiva pelo grupo de pesquisadoras do PIBIC, uma proposta de tecnologia assistiva para os estudantes surdos do Distrito Federal, a elaboração desta proposta é resultado dos estudos realizados durante a feitura da pesquisa e levando em consideração a proposta educacional do MEC (2021) para crianças surdas incluídas no Ensino Fundamental – Anos Iniciais.

## **PROBLEMA DE PESQUISA**

Como se constitui a proposta de ensino para crianças surdas incluídas nos anos iniciais do Ensino Fundamental no Caderno Introdutório II - documento disponibilizado no site do MEC?

## **OBJETIVOS**

### **OBJETIVO GERAL**

Conhecer e analisar a proposta educacional presente no Caderno Introdutório II - documento disponibilizado no site do MEC para o ensino de crianças surdas incluídas nos anos iniciais do Ensino Fundamental do Distrito Federal.

### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Estudar a Educação de Surdos voltada para o ensino de crianças surdas incluídas nos anos iniciais a partir de autores que pesquisam essa temática;
- Problematizar o Caderno Introdutório II - documento disponibilizado no site do MEC, voltado para o ensino de crianças surdas incluídas nos anos iniciais;
- Criar uma proposta de material didático que utilize as tecnologias assistivas para o ensino e aprendizado de crianças surdas incluídas nos anos iniciais do Distrito Federal.

## **METODOLOGIA**

O trabalho em questão originou-se de um projeto integrador cuja temática está voltada para a Educação de Surdos e tem como objetivo criar, identificar e aperfeiçoar possibilidades de ensino através de tecnologias assistivas e que ajudem a aprimorar o ensino e aprendizagem de crianças, jovens, adultos e idosos surdos no Distrito Federal.

Levando em consideração o contexto de pandemia ocasionada pelo vírus da Covid-19, ficou estabelecido que as reuniões de pesquisa seriam em um ambiente virtual, no caso, utilizamos a plataforma Teams por ser a ferramenta que a Universidade de Brasília utilizou oficialmente para o ensino remoto.

A pesquisa também foi feita através dos documentos disponibilizados no site do Ministério da Educação e textos disponíveis online para aprofundamento da temática estudada. Para (Kripka; Scheller; Bonotto, p. 244, 2015) “Pode-se dizer que a pesquisa documental é aquela em que os dados obtidos são estritamente provenientes de documentos, com o objetivo de extrair informações neles contidas, a fim de compreender um fenômeno”.

Apesar de serem online, as reuniões foram de extrema importância para o desenvolvimento deste trabalho, pois de maneira leve foi possível contribuir coletivamente em relação aos aspectos teóricos. O nosso grupo de pesquisa se constituiu entre três orientandas e uma orientadora, a Profa. Dra Liège Gemelli Kuchenbecker. Este método de pesquisa foi benéfico no que diz respeito à flexibilidade de horários, ocasionando encontros online com mais frequência, onde foi possível discutir e refletir ainda mais sobre a educação de surdos.

O trabalho foi desenvolvido em três momentos, primeiramente realizamos a análise e leitura dos referenciais teóricos disponibilizados por nossa orientadora, cada pesquisadora ficou responsável por realizar as leituras referentes ao seu eixo norteador e principais questões e reflexões foram levantadas de maneira coletiva por meio de reuniões na plataforma Teams.

Após realizar um maior aprofundamento das temáticas específicas, começamos a analisar os documentos disponibilizados de maneira oficial no site do Ministério da Educação. No caso deste trabalho, foi realizado um estudo do Caderno Introdutório II, proposta do Ministério da Educação para o ensino de português como segunda língua para estudantes surdos, surdocegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas

que regulamentam a Educação de Surdos no Brasil.

Por fim, elaboramos a proposta de tecnologia assistiva pensada por nosso grupo de pesquisa. Cada pesquisadora buscou abarcar sua modalidade de ensino através de um aplicativo que reúne atividades voltadas para o ensino de estudantes surdos com foco na aprendizagem da língua portuguesa como segunda língua.

## **EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL E SEUS MARCOS LEGAIS**

Durante as pesquisas para a feitura deste trabalho e durante os estudos realizados na disciplina de Escolarização de Surdos e LIBRAS cursada na Faculdade de Educação da UNB, percebi por meio da visão de diversos estudiosos da Educação de Surdos que a luta do sujeito surdo no que concerne a garantia de direitos vai muito além dos espaços escolares. Tarefas simples como ir ao mercado fazer compras ou ir ao banco podem se tornar um desafio quando não é possível estabelecer uma comunicação com o atendente, tomando como exemplo situações do dia a dia. Dito isso, é importante para a compreensão dos desafios que o estudante surdo encontra dentro da escola, trazer uma breve trajetória da constituição do direito da pessoa surda no Brasil.

Soares (2015) reflete de forma pertinente em relação a como se consolidou a Educação de Surdos no Brasil, sua experiência como professora de crianças surdas do Ensino Fundamental revela um olhar atento às práticas educativas em sala. Primeiramente, a autora ressalta o papel clínico que a escola exercia na vida desses sujeitos. Ao analisar a proposta curricular para a Educação de Surdos do MEC de (1979) evidencia-se o papel do professor de surdos dirigido para a elaboração de uma linguagem oral, cabe neste momento destacar que a proposta do MEC (2021) atual<sup>1</sup> se difere consideravelmente, visto que no documento fica evidente que o discente surdo deve ter a LIBRAS como primeira língua e o português escrito como segunda língua. Entretanto, a visão clínica da escolarização de surdos causou consequências que encontramos até hoje em relação às práticas escolares.

Durante sua análise para compreender o porquê da utilização de métodos clínicos para o desenvolvimento da oralidade em surdos, Soares (2015) atribuiu esse modo de percepção a ideia de que a linguagem oral precede a constituição da linguagem escrita, além disto, as referências que os professores brasileiros carregavam do Instituto Nacional de Surdos de Paris,

---

<sup>1</sup> Proposta curricular para a escolarização de estudantes surdos como segunda língua em escolas regulares de educação básica

onde a atuação médica tinha relevância em relação ao desenvolvimento educacional dos surdos. Essa perspectiva perpetuou a ideia de que o sujeito surdo deve se adequar a linguagem predominante, no caso a forma oral e escrita da língua portuguesa, e perpetua atualmente a concepção de que os surdos estão à margem na sociedade e então desestimula a ampliação da aquisição da LIBRAS para a sociedade como um todo. Afinal, se a população surda que é considerada a minoria pode se adequar ao contexto da sociedade, porque a maioria da população irá aprender LIBRAS?

A resposta está na legislação brasileira. Existem marcos legais que regulamentam e legitimam direitos para as pessoas surdas, leis que deixam claro as problemáticas encontradas em uma educação excludente que não pode existir em meio a diversidade.

A Declaração de Salamandra (1994), surge com o objetivo de integrar a pessoa com deficiência, tendo em vista que o sistema existente naquela época era excludente. A Declaração de Salamandra abriu portas para se discutir cada vez mais a inclusão no Brasil, corroborando para a criação de leis que defendem a Educação de Surdos. Em 2000, surge a Lei de n 10.098 do dia 19 de dezembro, em relação aos sujeitos surdos delibera sobre a formação de profissionais intérpretes e de guias-intérpretes no caso de pessoas surdocegas. A Lei n 10.436/2002 reconhece a LIBRAS como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores e nos cursos de Fonoaudióloga em todas as instituições de nível superior. Em 2005, o Decreto de n 5.626 regulamenta a Lei de LIBRAS preconizando o ensino da LIBRAS como primeira língua e o português como segunda. Em 2021 ocorrem mudanças significativas no texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB de 1996. A Lei de n 14.191 de 3 de agosto de 2021 altera a LDB de 1996, destacando a Educação Bilíngue de Surdos. Entre outros avanços legais fica preconizado o atendimento educacional especializado bilíngue, oferta da educação bilíngue desde a educação infantil e em relação ao ensino superior no artigo 3:

[...] sem prejuízo de outras ações, o atendimento aos estudantes surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas efetivar-se-á mediante a oferta de ensino bilíngue e de assistência estudantil, assim como de estímulo à pesquisa e desenvolvimento de programas especiais. (BRASÍLIA, 2021)

Apesar de todos esses marcos legais é necessário refletir sobre a distância entre o que está no texto da Lei e a realidade do estudante surdo, não só em espaços escolares como também

## **ESPECIFICIDADES DA EDUCAÇÃO DE SURDOS**

Para pensarmos a educação de surdos no contexto atual, primeiramente se faz necessário perceber o que se entende sobre educação bilíngue e Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. A Lei 10.436 que dispõe sobre a LIBRAS favorece o reconhecimento desta como língua oficial do Brasil, por isso, então se discute o bilinguismo. Pesquisas sobre o tema refletem o bilinguismo na educação de discentes surdos a partir do seguinte conceito:

Na educação de surdos, entende-se por bilinguismo uma proposta educacional que leva em consideração que a língua de sinais é a primeira língua (L1) dos surdos, de modo que possam, através dela, aprender uma segunda língua (L2), no caso do Brasil, a Língua Portuguesa. Segundo Quadros (1997), no caso da comunidade surda, a L1 é fundamental para que as crianças surdas tenham acesso à língua de sinais para garantir o desenvolvimento da linguagem e, conseqüentemente, do pensamento; e o domínio da L2, na modalidade escrita, é necessário para que os sujeitos surdos possam fazer valer os seus direitos em sociedade (MULLER; STURMER; KARNOPP; BECKER e THOMA, 2015, p.3).

Na perspectiva de Quadros (1997) a Língua de Sinais não é utilizada como uma forma de preencher lacunas, a compreensão do português escrito se faz necessária por ser ferramenta de garantia de direitos para esse sujeito. Fator que pode ser utilizado como recurso didático no ambiente escolar, mas que vai além dos muros da escola como, por exemplo, realizar atividades que parecem ser simples no cotidiano. Entre elas, analisar um panfleto de mercado, ler o letreiro do ônibus para se locomover com autonomia e entender seus direitos como cidadãos ativos. Para as autoras é importante refletir a diferença entre a Língua Portuguesa e a LIBRAS pois a primeira se trata de uma língua oral-auditiva e a segunda visuo-espacial. Segundo as estudiosas, o que ocorre no contexto escolar dos surdos é a prevalência da LIBRAS sendo utilizada como recurso facilitador para a aquisição linguística do português, prevalecendo uma cultura de “silenciamento” do sujeito surdos e suas subjetividades (MULLER; STURMER; KARNOPP; BECKER e THOMA, 2015).

O estudo utilizado para refletir sobre a educação dos sujeitos surdos e então propor uma ferramenta efetiva para uso dos estudantes surdos nas escolas do Distrito Federal, especificamente no Ensino Fundamental - Anos Iniciais, focaliza discursos sobre surdez e surdos, existentes em diferentes documentos escolares, como Projetos Político-Pedagógicos, pareceres descritivos e textos de acompanhamento de alunos surdos incluídos

Como por exemplo, a pesquisa de Lockmann e Klein (2009) em que analisam os Projetos Político-Pedagógicos de quatro escolas localizadas no município de Novo Hamburgo no Rio Grande do Sul (três escolas públicas municipais e uma privada) que atendem alunos surdos em situação de inclusão escolar, além disto, foram analisados os relatórios descritivos destes alunos.

As estudiosas têm como foco perceber os discursos que constituem os documentos sobre o sujeito surdo no espaço da escola inclusiva. O que é dito sobre esse aluno surdo nesse espaço, como o aluno é descrito, e quais os efeitos de verdade que vêm sendo produzidos pelos discursos que compõem os documentos analisados. A escola inclusiva é uma realidade no Distrito Federal e está prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no 9.394/96 (Brasil, s/n. 1996), no Capítulo III, art. 4º, inciso III, onde está exposto que é dever do Estado garantir o “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”.

As autoras ressaltam que documentos analisados e as bases legais em geral descrevem e narram o que é um aluno surdo no contexto escolar e dizem também o que ele não é, não deve ser, não pode ser. Argumentando que “a inclusão educacional de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais responde às necessidades e exigências de um sistema educativo, econômico, social, político e cultural” (LOCKMANN; KLEIN, 2009, p.3). Destacam ainda que o objetivo do estudo não é apontar se estes documentos estão certos ou errados e sim perceber as narrativas que invadem a educação desses sujeitos e, a partir disso, analisar quais são os ganhos para esse público.

Para compreender como as narrativas podem influenciar a maneira com que enxergamos o mundo e nos relacionamos como sociedade, as autoras se baseiam em Michel Foucault, filósofo que discute conceitos como poder, Estado e disciplinarização dos corpos. Ressaltam, então, o poder disciplinar da sociedade, onde a intenção seria disciplinar os corpos dos sujeitos e regular as condutas das populações. A perspectiva relacionada à pesquisa traz uma concepção de poder como prática social constituída historicamente, refletindo no modo como a diferença é percebida e então se estabelece uma verdade sobre como deve ser a educação dos sujeitos surdos e o ideal de uma escola inclusiva. Destacam ainda que “O poder não está situado em uma instituição ou estrutura, mas atravessa capilarmente todos os lugares” (LOCKMANN; KLEIN, 2009, p.5). Para as estudiosas, o poder atinge os sujeitos em situações macros, mas principalmente na vida cotidiana e por isso se faz importante refletir sobre essas narrativas que podem determinar as formas de educação para o sujeito surdo. Kuechenbecker (2011) discute o



podem determinar as formas de educação para o sujeito surdo. KUCHENBUCKER (2011) discute o papel normalizador que invade os espaços escolares e suas influências para os sujeitos surdos,

17

a problemática envolve a perduração dos contextos históricos passados que buscavam padronizar pensamentos a fim de silenciar a diferença.

Essa discussão nos leva a um ponto chave da educação bilíngue: a língua Portuguesa vista como majoritária em relação a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, acarretando também em um “silenciamento” da cultura surda, fator também discutido no texto de Lockmann e Klein (2009). As autoras percebem nos documentos oficiais das escolas de Novo Hamburgo um distanciamento em relação às narrativas dos movimentos sociais que lutam pelos direitos dos surdos. Realizando a leitura deste escrito e ao analisar a Proposta Curricular para o ensino de Português Escrito como segunda língua para estudantes surdos do Ensino Fundamental (2021) me ocorreu o seguinte questionamento: por que não existe uma proposta como essa de um documento oficial voltado para o auxílio dos professores no ensino de LIBRAS no Ensino Fundamental? Percebo que mesmo quando falamos no ensino e aprendizagem de surdos, como é o objetivo deste trabalho, ainda notamos a predominância da língua portuguesa em relação à língua de sinais. A minha dúvida se faz presente pois essa prática perpetua a sensação de que o aluno surdo precisa se adequar ao ambiente escolar e não o contrário. É importante estabelecer um olhar crítico para a realidade das pessoas surdas, compreender seus impasses e dificuldades na esfera social e respeitá-las. Com isso, é importante ressaltar a necessidade de ampliarmos cada vez mais pesquisas sobre o tema da educação de surdos, aprofundando assim as discussões para fins de entendimento da experiência de quem vive essa realidade no Brasil. Os sujeitos surdos não são inquilinos do sistema educacional brasileiro e sim sujeitos ativos na nossa sociedade.

## **CADERNO INTRODUTÓRIO II – PROPOSTA CURRICULAR DE ENSINO DO PORTUGUÊS COMO SEGUNDA LÍNGUA PARA CRIANÇAS SURDAS**

O Caderno Introdutório II (2021) foi pensado de acordo com as especificidades dos sujeitos surdos inseridos em contexto escolar e visando apropriar o ensino de português como segunda língua dos estudantes surdos, surdocegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades/superdotação e surdos com deficiências associadas. A proposta em questão foi pensada e desenvolvida procurando acompanhar os marcos legais referentes à educação de estudantes surdos. Como por exemplo, a Lei 10.436/2002, que reconhece e

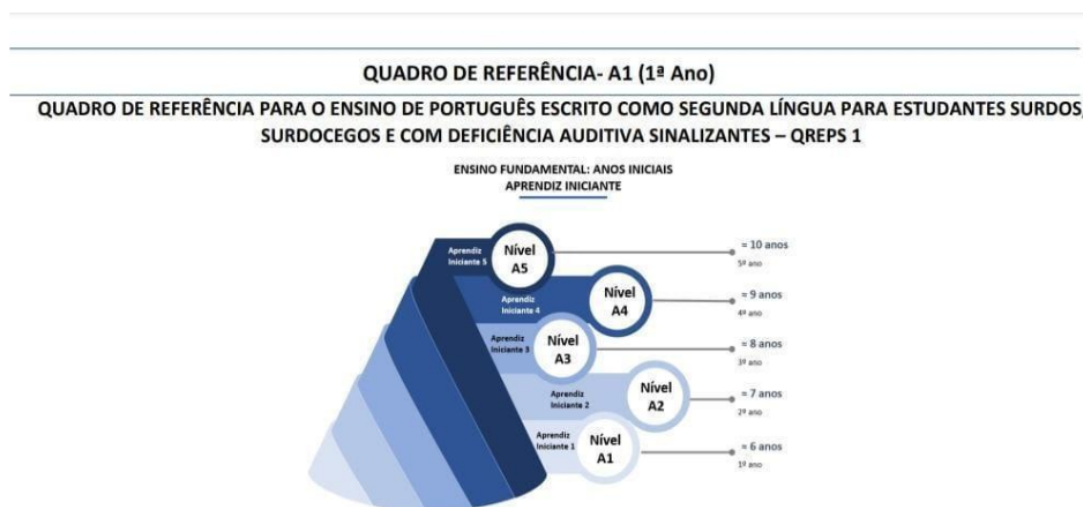
comunidades surdas e de todos os sujeitos que dela fazem uso para expressarem suas ideias, pensamentos, conhecimentos e sentimentos e a Lei Brasileira de Inclusão de número 13.146/2015.

A proposta do MEC analisada foi desenvolvida por vinte e seis pesquisadores convidados pela Diretoria de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos, sendo eles surdos e não surdos, foram convidados a colaborar com essa tarefa e representam as seguintes regiões do Brasil: Norte, Centro-oeste, Sul e Sudeste, pesquisadores de outras regiões não puderam participar por motivos pessoais.

. De acordo com sua experiência anterior em relação ao ensino de sujeitos surdos, os estudiosos foram agrupados em modalidades de ensino, sendo estes: a Educação Infantil, Ensino Fundamental (anos iniciais e anos finais), Ensino Médio e Ensino Superior.

Cabe destacar que neste trabalho daremos ênfase ao Caderno Introdutório II (2021), referente ao currículo do Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Educação de Jovens e Adultos - 1º segmento.

Os autores trazem como base para essa proposta curricular o Quadro Europeu Comum de Referência de Línguas - QECR, utilizado neste contexto para o ensino de português como segunda língua para sujeitos surdos, buscando abarcar as especificidades dos estudantes surdos brasileiros. Esta ferramenta é adequada para esse contexto por meio do Quadro de Referência para o Ensino de Português Escrito para Surdos – QREPS. Observe abaixo a estrutura do quadro que aparece neste documento:



**Figura 1:** Caderno Introdutório- Proposta Curricular para o Ensino de Português Escrito como Segunda Língua para Estudantes Surdos da Educação Básica e do Ensino Superior, p.19,

Pode-se notar que a organização dos estudantes no Ensino Fundamental se dá através da idade. São as siglas A1, A2, A3, A4 e A5 dizem respeito ao nível de desenvolvimento da linguagem Aprendiz Iniciante.

Os pesquisadores que produziram o documento explicam que:

Nesses níveis, os estudantes surdos dos anos iniciais do Ensino Fundamental iniciam as práticas de leitura e de escrita, em A1, de forma bem incipiente, ainda que com muito auxílio do professor, de modo a descobrir, pouco a pouco, o mundo das letras que os cercam. A cada dia os estudantes aproximam-se mais da leitura, com um consecutivo acesso ao português escrito em produções ainda dependentes, com preenchimento de lacunas e cópia de palavras que representam pistas explícitas de informações a serem complementadas em atividades de produção escrita. Em A2, A3 e A4, os estudantes, com auxílio do professor, avançam e gradativamente alcançam mais autonomia no nível A5, quando já são capazes de produzir textos com mais independência (CADERNO INTRODUTÓRIO, 2021, p. 34).

O objetivo do quadro se justifica, pois, se busca estabelecer relação entre o contexto linguístico do estudante e aprendizagem dos diferentes gêneros textuais inseridos nas diversas formas de se comunicar e, assim, é possível que o sujeito se relacione com a língua portuguesa e perceba a importância da mesma em diversas áreas da sociedade. O professor que utilizar o material como base norteadora contará com uma variedade de atividades que podem ser realizadas de acordo com os níveis de aprendizagem dos estudantes. O documento nos traz uma percepção ampliada de como os métodos de ensino do português devem ser adequados aos estudantes surdos, mostrando práticas interventivas que considerem as especificidades dos discentes. O grupo de estudiosos salientam a importância de que uma proposta curricular para a educação de surdos seja baseada na cultura e vivência dos sujeitos surdos, construindo um bilinguismo voltado para a transformação da realidade do sujeito e não somente a adequação ao ambiente escolar e sociedade como um todo.

## **TECNOLOGIA ASSISTIVA NA EDUCAÇÃO**

Para melhor compreensão de como um recurso didático tecnológico pode beneficiar a Educação de Surdos, primeiramente se faz necessário perceber como a Tecnologia Assistiva é importante para a construção de uma educação inclusiva.

Segundo Rocha e Castiglioni (2005), o conceito de Tecnologia Assistiva envolve diferentes contextos, como exemplo:

A Tecnologia Assistiva envolve tanto o objeto, ou seja, a tecnologia concreta (o equipamento ou instrumento), quanto o conhecimento requerido no

diária; sistemas de comunicação alternativa; dispositivos para utilização de computadores; unidades de controle ambiental; adaptações estruturais em ambientes domésticos, profissionais ou público; adequação da postura sentada; adaptações para déficits visuais e auditivos; equipamentos para mobilidade; adaptações em veículos. (ROCHA, E. F.; CASTIGLIONI, M. C. 2005, p.98)

Sendo assim, a Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento que busca o desenvolvimento da autonomia das pessoas com deficiências, certamente alinhado com outras políticas de inclusão. Dentro do âmbito educacional, é necessário que o estudante seja protagonista do processo de construção do seu aprendizado. Porém, Rocha e Castiglioni (2005) salientam que os recursos tecnológicos de forma isolada não são promotores de inclusão social e educação inclusiva, é pertinente que se leve em consideração o contexto de cada sujeito, bem como sua história de vida, afinal a deficiência não define o que a pessoa é, pois são indivíduos diferentes, atravessados por seu contexto social, político e educacional.

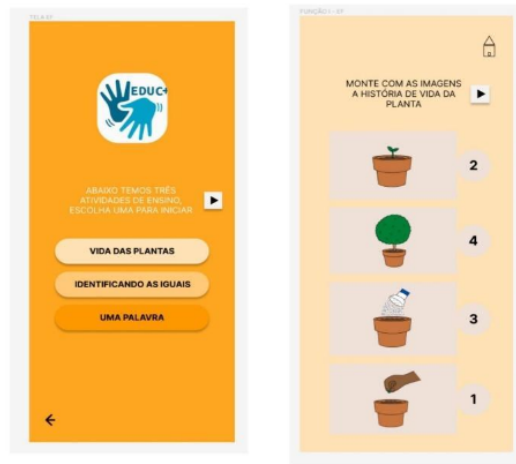
## **PROPOSTA DE RECURSO DIDÁTICO PARA CRIANÇAS SURDAS NO ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS**

A proposta de atividade para crianças surdas do 5º ano do Ensino Fundamental foi elaborada levando em consideração o contexto de aprendizagem da língua portuguesa como segunda língua. Busquei inserir contagem, trabalhar a ideia de uma sequência lógica e trabalhar também o português escrito. Tudo por meio de imagens, seguindo as orientações do Caderno Introdutório II (2021). O documento disponibilizado pelo MEC orienta que o ensino neste contexto deve ser focado em uma linguagem multissemiótica fazendo referência aos diferentes elementos presentes nas formas de linguagem: a imagem, o movimento, o som, a cor, entre outros.

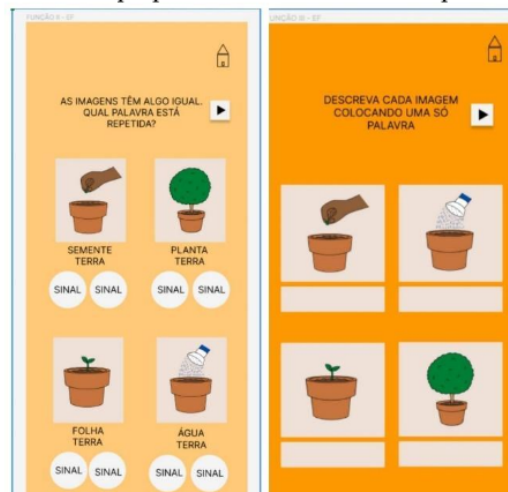
A partir dessa ótica a minha atividade é pensada buscando que os estudantes compreendam por meio de imagem e texto como se dá o ciclo de vida das plantas, abarcando o ensino da disciplina Ciências no Ensino Fundamental, como prevê o currículo em movimento do Distrito Federal quando busca-se:

[...]compreender os elementos essenciais à manutenção da vida e os processos evolutivos que geram as diversas formas de vida. Propõe-se, ainda, a exploração das características dos ecossistemas, especialmente as interações entre os seres vivos e a interação entre os seres vivos e destes com os seres não vivos do ambiente, destacando a importância da preservação da biodiversidade e sua distribuição nos principais ecossistemas brasileiros

O docente que utilizar o aplicativo como ferramenta pedagógica poderá suscitar outras discussões a partir da atividade de ciclo de vida das plantas. A sequência didática em questão está dividida em três fases, como podemos perceber na primeira imagem abaixo, os discentes devem enumerar as imagens na sequência em que acreditam ser do início ao fim do ciclo de vida da planta (imagem 2). Posteriormente, deve-se procurar a semelhança nas palavras que estão presentes na imagem, observando também os sinais em LIBRAS que correspondem as palavras escritas em português, procurando estabelecer a conexão entre a leitura e língua de sinais (imagem 3). E, por fim, na atividade 4 os discentes podem inserir de maneira escrita uma palavra que acredita que descreva a imagem em questão (imagem 3). Saliento que enquanto fase de proposta/ideia, a logo apresentada está em processo de reformulação nos quesitos de troca de cores, tipografias e ícones.



**Figura 2** – Tela inicial da proposta de recurso didático e primeira funcionalidade



## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Caderno Introdutório II (2021) é um recurso que busca promover uma prática de ensino contextualizada nos anos iniciais do Ensino Fundamental com estudantes surdos, surdocegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades/superdotação e surdos com deficiências associadas. Os idealizadores do projeto se mostram capazes de pensar em uma dinâmica escolar inclusiva e um profundo conhecimento sobre a temática abordada. O repertório de atividades contidas neste material, pode contribuir para que os professores do Distrito Federal pensem cada vez mais em uma educação equânime. Entretanto, ainda existem grandes desafios relativos à garantia de direitos das pessoas surdas, trouxemos neste escrito alguns deles para que se amplie o debate, como a Língua Portuguesa tida como majoritária em relação a LIBRAS até mesmo em documentos oficiais, nos fazendo refletir quais discursos estão por traz de não existir um documento oficial, como por exemplo este Caderno, que oriente o ensino da Língua de Sinais no Distrito Federal.

No contexto de ensino atual, o que se pretende, segundo os estudos sobre o bilinguismo, é que os sujeitos surdos utilizem o português escrito para ampliar sua participação cidadã, porém, o que acaba ocorrendo é o silenciamento da Língua Brasileira de Sinais, construindo uma narrativa forte em relação ao não respeito à diferença.

Considero cumprida a proposta de trabalho inicial, que se baseou em analisar e refletir criticamente sobre o ensino e aprendizagem dos sujeitos surdos, bem como a de uma proposta de tecnologia assistiva que até o presente momento segue em formato de protótipo, mas pretendemos continuar o projeto mantendo-o sempre atualizado.

## **PERSPECTIVAS FUTURAS**

Ao ingressar no curso de Pedagogia da Universidade de Brasília, percebi o quão longe podemos ir por meio de uma educação de qualidade e também me dei conta do quão grande é a minha missão perante a educação. O conhecimento que construí até o momento não pode ser apagado e por isso considero de extrema importância auxiliar outras pessoas a construir saberes sólidos da mesma forma que para mim foi possível. Ao longo dessa trajetória percebo como o ensino público foi fundamental em minha formação, apesar de vários percalços, a escola pública me fez chegar até aqui. E é com esse sentimento de gratidão que pretendo levar esse conhecimento aos meus futuros alunos, de maneira democrática, crítica e que seja favorável a mudança de realidade assim como foi para mim e minha família. Portanto, desejo me tornar professora efetiva da Secretaria de Estado e Educação do Distrito Federal e também desenvolver estudos a nível de pós-graduação na área de Educação Inclusiva e Tecnologias Assistivas, pois realizando este trabalho percebo que a área precisa ampliar pesquisas, no que se refere ao ensino bilíngue de surdos, visando promover o acesso dos surdos em lugares distintos da sociedade.



## REFERÊNCIAS

BRASIL, Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Presidência da República. Brasília, 2005. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2005/decreto/d5626.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/decreto/d5626.html). Acesso em: 24 de abril de 2022.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002: Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm). Acessado em 26 jul. 2022.

BRASIL. Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021. Altera a Lei de Diretrizes e Bases 9.394 de 1996 para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos no Brasil. In Diário Oficial da União: edição 146, seção 1, p.1, 3 de ago. 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.191-de-3-de-agosto-de-2021-336083749>. Acesso em: 08 de janeiro de 2022.

BRASIL, Ministério da Educação. Proposta Curricular para o Ensino de Português Escrito como Segunda Língua para Estudantes Surdos da Educação Básica e do Ensino Superior. Caderno Introdutório. Brasil, Ministério da Educação DIPEBS/SEMESP. 1ª ed. Brasília, 2021. Disponível em: [https://www.gov.br/mec/pt-br/media/acao\\_informacao/pdf/0CADERNODEINTRODUOI\\_SBN296.pdf](https://www.gov.br/mec/pt-br/media/acao_informacao/pdf/0CADERNODEINTRODUOI_SBN296.pdf). Acesso em: 26 de março de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Proposta curricular para o ensino de português escrito como segunda língua para estudantes surdos da educação básica e do ensino superior: Caderno II – Ensino Fundamental - ANOS INICIAIS (2º ao 5º ano) E EJA – 1º segmento. Brasil. São Paulo, 2021. Disponível em: [0CADERNOIIEEnsinoFundamentalAIISBN2906.pdf](http://www.gov.br/0CADERNOIIEEnsinoFundamentalAIISBN2906.pdf) ([www.gov.br](http://www.gov.br)). Acesso em: 23 de fevereiro de 2022.

DISTRITO FEDERAL. Currículo em Movimento da Educação Básica: Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Brasília: SEDF, 2018b. Disponível em: [Curriculo-em-Movimento-Ens-Fundamental\\_17dez18.pdf](http://www.gov.br/Curriculo-em-Movimento-Ens-Fundamental_17dez18.pdf). Acesso em: 01 de abril de 2022.

BRASIL. Ministério da Justiça, Secretaria dos Direitos Humanos. Declaração de Salamanca e linha de ação. 2 ed. Brasília: CORDE, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Centro Nacional de Educação Especial. Proposta curricular para deficientes mentais educáveis. Brasília, DF: MEC, v. I, 1979.

MÜLLER, Janete Inês; STÜRMER, Ingrid Ertel; KARNOPP, Lodenir Becker; THOMA, Adriana da Silva. Educação Bilíngue para Surdos: interlocução entre políticas linguísticas e educacionais. In: MATTES, Marlene Gonçalves; MAGGI, Noeli Reck (Org.). Nonada – Letras em Revista, v. 02, n. 21, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5124/512451671022.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2022.

KLEIN, M.; LOCKMANN, K. Estratégias Discursivas no Governo da diferença surda em práticas de inclusão escolar. In: KLEIN, M; THOMA, A. (org). Currículo e avaliação. A



KRIPKA, Rosana; SCHELLER, Morgana; BONOTTO, Danusa Lara. Pesquisa Documental: considerações sobre conceitos e características na Pesquisa Qualitativa. 4o Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa e 6o Simpósio Internacional de Educação e Comunicação. 2015.

KUCHENBECKER, Liege Gemelli. Inclusão na Escola de Surdos: estratégias de normalização dos sujeitos surdos Down. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: [UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL \(ufrgs.br\)](http://www.ufrgs.br) Acesso em: 21 dez. 2022.

SOARES, Maria Aparecida Leite. A educação do surdo no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2006.

QUADROS, Ronice Müller de. Educação de Surdos: a Aquisição da Linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

Rocha EF, Castiglioni MC. Reflexões sobre recursos tecnológicos: ajudas técnicas, tecnologia assistiva, tecnologia de assistência e tecnologia de apoio. Rev Ter Ocup Univ São Paulo 2005; 16(3):97- 104. [Vista do Reflexões sobre recursos tecnológicos: ajudas técnicas, tecnologia assistiva, tecnologia de assistência e tecnologia de apoio \(usp.br\)](http://www.usp.br) Acesso em: 21 dez. 2022.

